A ÚLTIMA FÓRMULA DE DELEUZE

Um mistério envolve o pequeno artigo «A imanência: uma vida...», o último texto de Gilles Deleuze¹. Sabia-se, à data da publicação, da gravidade entretanto atingida pela doença de que o filósofo padecia e que o levaria aliás, dois meses depois, ao suicídio. Constava também que ele se encontraria já impossibilitado de prosseguir o anunciado estudo da «grandeza de Marx», de continuar a trabalhar, de continuar a escrever. Daí a perplexidade suscitada pelo surgimento desse texto vindo «de contexto nenhum», na expressão de um dos primeiros comentadores, «como se fosse um fragmento antigo de um trabalho abandonado», apesar de uma surpreendente referência em nota de rodapé a um artigo sobre William James publicado muito pouco antes, no número anterior da mesma revista². E, de facto, o derradeiro texto de Deleuze tem toda a aparência de uma peça solta no espaço e no tempo, excedência de um texto maior ou apontamento à espera da obra onde se integrar. Nada nesses parágrafos sugere um trabalho específico, nada indica uma escrita recente. Excepto, claro, a citação do artigo sobre James, verosimilmente acrescentada à própria nota, acerca de Sartre, em que aparece. Nada, em suma, nessas últimas páginas assinadas pelo filósofo permite supor que significam a sua «última palavra», ou um esboço da sua «filosofia última», antes do silêncio definitivo. Seria absurdo ver nelas, a não ser objectivamente por virtude das circunstâncias, algo como um testamento filosófico. Tanto mais que, em rigor, essas páginas não trazem nenhuma verdadeira novidade, nada que o filósofo não tivesse já dito, salvo a identidade imanência = uma vida. É esta fórmula que é propriamente nova, mas como explicitação do que a obra do pensador subentendia já sem o enunciar. Imanência e vida: estes dois termos, ou conceitos, estão com efeito vinculados, co-define-se, na filosofia deleuziana. De tal modo que essa filosofia pode ser apresentada – e auto-apresentou-se sucessivas vezes – quer como um imanentismo radical (teoria da imanência absoluta) quer como uma doutrina vitalista. O que não impede, antes pelo contrário, que a fórmula

² EDUARDO PRADO COELHO, «Deleuze, uma vida», Público 7.10.1995
proposta pelo artigo derradeiro forneça um ponto de vista importante, particularmente esclarecedor, sobre o fundo do pensamento de Deleuze.

O artigo começa por reexpor de maneira resumida o que a obra do autor tematizara já com outro desenvolvimento: o «plano de imanência» como definição deleuziana do transcendental, o imanentismo absoluto como filosofia transcendental consequente. O que é o transcendental? É o domínio próprio da filosofia na sua determinação como irreductível ao mesmo tempo à empiricidade e a toda a transcendência. Ele designa pois um plano nem transcendente nem sensível do ser, o campo das condições imanentes da constituição da realidade. Mas na sua imagem tradicional (Kant, mas também Fichte, Husserl) ele é determinado como campo de uma consciência, de uma subjectividade, de um Eu. O transcendental dá-se aí como plano de um puro sujeito de reflexão como princípio sintético da realidade objetiva ou unidade do campo ontológico como campo de toda a experiência possível. Ou então como actividade «intencional» originária de uma subjectividade constituinte, vida intuitiva imanente de uma consciência absoluta em acto (fenomenologia). Ora essa imagem exprime já, segundo Deleuze, uma desnaturação do campo, das virtualidades do transcendental, uma saída para fora desse campo. Exprime, como «maneira moderna de salvar a transcendência», uma desvirtuação da imanência. O ser é subtraído à transcendência de um Ser ou de um Qualquer coisa como unidade superior a todas as coisas, mas para ser atribuído a um sujeito transcendente—Eu, quer dizer, a um eu que, por reflexão, se representa a si próprio como sujeito dessa atribuição ou que, por intuição, redescobre a transcendência no interior do seu vivido imanente. A imanência como imanente a..., como atributo de uma Entidade transcendente, ou então como trabalhada de dentro por um movimento de auto-transcendência, de constituição de um transcendente (por exemplo o Outro, a Alteridade de Levinas): toda uma traição da imanência. O que é já evidente em Kant, na sua representação empírica do transcendental, no decalque formal do transcendental sobre o empírico, na modelação das condições pelo condicionado, na atribuição da imanência a entidades já transcendentais (Sujeito universal e Objecto qualquer). Não há subjectividade transcendental constituínte, senão como desfiguração das condições da constituição ontológica. Daí a contra-imagem deleuziana, condensada no artigo, do transcendental como distinto da experiência, do mundo do sujeito e do objecto, e não definível como campo consciencial.

O que não significa que o campo transcendental não tenha relação com uma consciência, ou que a consciência não faça parte do campo. Como seria possível explicar em termos imanentistas a emergência da consciência subjectiva sem ser como expressão de uma consciência impessoal absoluta

---

1 GILLES DELEUZE - FÉLIX GUATTARI, Qu'est-ce que la philosophie?, ( QPb ?), Ed. de Minuit, Paris, 1991, p. 48.
inerte ao campo, coextensiva? É a profunda inspiração bergsoniana de Deleuze. Toda a consciência em acto, ou de facto, já subjectivada e como tal referida a objectos, é um foco de actualização da corrente de uma consciência pré-reflexiva sem objecto nem sujeito como co-dimensão do campo. Ela é um ponto de fixação local, por reflexão ou revelação, do movimento infinito de uma pura luz irrevelada, por todo o lado difusa, lançada na realidade, interior a ela, «substância» dela. Era a grande revolução operada pelo bergsonismo face à tradição filosófica e que, em vez de reportar a imanência a uma consciência, ou a iluminação das coisas ao espírito, fazia da consciência pertença do campo. Não é a consciência que é luz, não é ela que ilumina, são as coisas que são luminosas por si mesmas, é a luz que é consciência, uma consciência imanente à matéria. Em vez de ser a consciência-sujeito que forma imagens das coisas, são as coisas que em si são já imagens, figuras de uma matiéria-luz em incessante propagação como plano de imanência da realidade. Por outras palavras: a percepção está nas coisas, as coisas são já uma percepção virtual, a matéria é já uma consciência irreflectida, e que como tal permaneceria sem a formação sobre o plano de imagens muito especiais, ou da nossa consciência de facto como uma opacidade reflectora, uma espécie de câmara escura. Como dizia Bergson, a fotografia está já tirada, já dada, no interior das próprias coisas e para todos os pontos do espaço. A imagem está já nas coisas, como uma cintilação delas emanada, irradiando em todas as direcções, inexprimida enquanto não se actualizar num sujeito capaz de a revelar. A consciência subjectiva perde assim todos os seus privilégios. Não é ela que explica nada, é ela que há que explicar a partir de uma corrente de consciência prévia que atravessa o campo transcendental a uma infinita velocidade. Isto é: a partir da corrente de uma multiplicidade heterogénea, estritamente qualitativa, em continua auto-variação ou devir, como pulsação de quantidades apenas virtuais, de aumentos e diminuições de intensidade ou poder, a que Bergson chamava duração. É esse fluxo consciencial absoluto, que se diz de si ou por si e não de uma subjectividade ou de um ser, que Deleuze designa como o dado imediato do campo transcendental. Pelo que, em suma, não é este que é atributo de uma consciência, imanente a uma consciência. É a consciência como consciência virtual impessoal, a-subjectiva, que é imanente ao campo, imediatamente co-presente. Mas é por isso mesmo, por se tratar de uma simples consciência de direito, de uma consciência-mundo translúcida não revelada, que também não é possível definir o campo por ela. Resta a hipótese deleuziana: determinar o campo transcendental como um puro plano de imanência.

Mas o que é o plano de imanência? E, sobretudo, qual a originalidade dessa concepção, tendo em conta que pensar o ser em termos de constituição imanente foi a tarefa de toda a filosofia moderna desde Kant? E até mesmo antes, já para os Gregos, porque a imanência é o domínio próprio da filosofia, desde os primórdios formalmente adversa quer da opinião quer da
religião. Responde Deleuze: «é quando a imanência já não é imanência a outra coisa que não a si que se pode falar de um plano de imanência»⁴. Desde sempre cada filosofia estende a seu modo um plano imanente, ou estende-se a seu modo sobre o plano de imanência, mesmo que para aí reproduzir transcendência. Mas só haveria genuíno plano de imanência, filosofia verdadeiramente consumada, lá onde a imanência fosse tomada em si mesma e não como atributo de..., já só como auto-imanente e não como imanente-a. Ora um tal plano sem concessões, atribuindo a imanência a si própria apenas, terá sido traçado, segundo Deleuze, uma única vez na história da filosofia. Terá sido esse o fulgor solitário de Spinoza, terá sido essa a incomparável operação do spinozismo: libertar a imanência de toda a transcendência. Subtraí-la a todas as formas do transcendente, e a todas as recriações em si da transcendência, afirmar a imanência como auto-consistente. E com efeito, na filosofia spinozista tal como Deleuze a interpreta, a imanência não é referida à substância, não é imanente à substância. A substância e os modos é que são na imanência, é esta que é em si mesma, devolvida a si, pertença exclusiva de si⁵. Se tudo se diz da substância, é porque a substância é o nome spinozista do plano de imanência, o continuum intensivo dos atributos, quer dizer, a produtividade ontológica infinita, infinitamente positiva, que se exprime através dos dois poderes do plano, poder de ser e poder de pensar, extensão e pensamento. Por isso seria o spinozismo, para o autor, a mais pura das filosofias, e Spinoza o «príncipe dos filósofos», porque o único que teria experimentado até ao infinito, até aos movimentos próprios do infinito, a vertigem da imanência. O único, em resumo, que teria acedido a uma pura percepção imanente, sem recair no transcendente, sem restituir a ilusão de transcendência, e que assim teria mostrado a possibilidade do impossível⁶. É essa assumida influência spinozista que Deleuze tenta desenvolver, tanto em termos críticos como construtivos, na sua tematização extremamente original do «plano de imanência». Pensar o campo transcendental como plano de imanência significa pensar, com Spinoza, o impossível, e que essa impossibilidade do pensamento é o que dá à filosofia uma possibilidade e uma necessidade. É pensar «O» plano (a consistência própria, auto-referente, da imanência) como o que não pode ser pensado e que, no entanto, tem que ser pensado, como o indispensável no pensamento, o impensado do pensamento, e que é o que o pensamento pensa, o que ele não pode senão pensar (a imanência como o Infinito «interior» do pensamento como do ser). O plano deleuziano de imanência é pois a imanência afirmada como um absoluto, como imanência absoluta, aquém de toda a transcendência do sujeito e do objecto, inatruibível. A atribuição da imanência a Algo, por exemplo a uma subjectividade

---

⁴ IV p. 4.
⁵ ibid.
⁶ QPh pp. 49-50, 59.
universal quer esta seja reflexiva ou intencional, representa sempre um compromisso com a transcendência, ao mesmo tempo uma deformação da imanência e uma contracção do transcendental. "Tal como o campo transcendental não se define pela consciência, o plano de imanência não se define por um Sujeito ou um Objecto capazes de o conter". Mas então, por que é que se define o plano imanente? O que é que há sobre esse plano, que entidades, sabido que nele abandonámos não só transcendência e empiricidade como também todo o vivido de um sujeito, tudo o que se oferece a um Eu?

O livro sobre a filosofia formulava uma primeira resposta. O plano de imanência apresenta apenas singularidades, acontecimentos. Mas não se trata dos acontecimentos sensíveis, dos acidentes sobrevindos às coisas e às pessoas, aos objectos e sujeitos. Os acidentes empíricos, sejam as vivências do eu ou os estados de coisa, é que aparecem pelo contrário como a efectuação de puros acontecimentos ideais como virtualidades do plano. Os acontecimentos do plano são, como o próprio plano, por natureza virtuais. Constituem a parte virtual (real sem ser actual) da realidade dada, a parte de potencialidade coexistente, ou co-insistente, em todo o dado. O virtual insiste ou co-insiste no actual, o acontecimento imanente co-incide com o acontecimento sensível, mas não se determina por ele ou em função dele, é antes o dado que procede, por transcendência, de um ser ou poder imanentes. Toda a realidade em acto, tanto objectiva como subjectiva, representa a actualização, a definição em formas possíveis, de singularidades indefinidas que percorrem o campo imanente a uma velocidade absoluta e que fazem a especificação, a curvatura variável, a infinita fractalidade do campo. Deleuze elabora a partir de Bergson um conceito positivo do virtual: o virtual como produtividade pura, como horizonte da produção ontológica. O virtual não é o contrário do real, não se opõe ao real mas ao actual. É o possível, não o virtual, que é falho de realidade, irrealizado ou por-realizar, a ordem mesma do realizável. É ele que é não-real, ao passo que o virtual é uma dimensão do real, a sua dimensão imanente, não actual. Mas a não-actualidade do virtual não exprime uma determinação negativa, ou uma indeterminação: o virtual como tal não carece de nada, possui uma determinabilidade própria, propriamente transcendental. Determina-se por singularidades ou acontecimentos como mundos possíveis, como idealidades actualizáveis em formas possíveis mas independentes da sua actualização. Todas as formas realizadas, sujeitos e objectos, todas as individuações, de coisa ou de estado de coisa e de consciência ou de estado vivido, decorrem de acontecimentos imanentes. Toda a transcendência é um produto da imanência, é esta que «contém», que constitui um campo auto-consistente de realidade sobrevoando quer o existente quer o possível. O

1 IV p. 4. Cf. QPh? p. 47. «Em todo o caso, de cada vez que se interpreta a imanência como imanente a Qualquer coisa, pode-se estar certo que esse Qualquer coisa reintroduz o transcendente.»
pequeno artigo derradeiro resume esta tese. «O acontecimento imanente actualiza-se num estado de coisas e num estado vivido que fazem que ele ocorra. O próprio plano de imanência actualiza-se num Objecto e num Sujeito aos quais se atribui. Mas, por pouco separáveis que sejam da sua actualização, o plano de imanência é em si mesmo virtual, tal como os acontecimentos que o povoam são virtualidades. Os acontecimentos ou singularidades dão ao plano toda a sua virtualidade, como o plano de imanência dá aos acontecimentos virtuais uma plena realidade. (...) Há uma grande diferença entre os virtuais que definem a imanência do campo transcendental, e as formas possíveis que os actualizam e que o transformam em qualquer coisa de transcendente»⁸. Os acontecimentos virtuais, as singularidades «pré-individuais e acósânicas» constituintes do plano de imanência, ou de que o plano constitui o horizonte comum, designam pois em Deleuze o campo de potencialidades de toda a realidade. Designam a virtualidade ontológica imanente sempre co-presente no dado, e por conseguinte o ser como criação pura, poder do novo (o virtual excede o estado que o actualiza, ou em que se actualiza, é a parte não actualizável de toda a realidade em acto, a parte sempre em reserva, puro poder de variação intrínseca, de heterogénese). Toda a filosofia deleuziana é uma problematização das condições da novidade, uma ontologia do ser como poder criativo ou afirmação da Diferença, e a teoria do virtual, do acontecimento virtual, do plano de imanência, é o trabalho dessa intuição.

O último artigo do filósofo repõe a questão da definição do plano de imanência como forma consequente do transcendental. Assim: se o campo transcendental se define por um plano de imanência, este, em contrapartida, define-se por uma vida. «Da pura imanência dir-se-á que ela é UMA VIDA, e nada mais. (...) Uma vida é a imanência da imanência, a imanência absoluta»⁹. É a fórmula de que falávamos no início deste texto: imanência = uma vida. Mas há que compreender em que exacta medida esta fórmula, único interesse do artigo (fragmento excluído do livro sobre a filosofia?), é importante. Porque – sublinhe-se – ela não introduz verdadeiramente uma modificação no conceito de plano de imanência. O que ela faz sobretudo é explicitar a centralidade do conceito de vida no pensamento do filósofo e os contornos especificamente deleuzianos desse conceito. Ora o que logo se destaca é a indefinição, desde o título reforçada pelas reticências, desse conceito de vida como vida imanente: «A imanência: uma vida...» Com efeito a fórmula não é imanência = «a» vida mas imanência = «uma» vida, e esta diferença é fundamental. Primeiro que tudo porque não se trata de restaurar um transcendente a que a imanência se atribuiria, uma outra figura da imanência como imanente-a. Não é a imanência que é imanente à vida, é pelo contrário a vida que é imanência plena, melhor, é uma vida que exprime a imanência

---

⁸ IV pp. 6, 7.
⁹ Ibd p. 4.
que é, não em outra coisa, mas em si mesma. Em segundo lugar porque a fórmula não pretende indicar uma exclusividade da vida biológica, e menos ainda da vida humana, como expressão da inatribuível imanência. Não são só os seres vivos, muito menos apenas a vida apreendida como o vivido de um eu, que «imanam». Todas as coisas e todos os seres aparecem como tais expressões, como actualizações de virtualidades do plano imanente, como formações transcendentais produzidas sobre o plano. Em vez de manifestar uma descontinuidade ontológica ou de significar um Princípio transcendent, a vida é reintegrada no plano de imanência que já não deixa subsistir nenhuma transcendência, nem mesmo a do vivido. Como observa Agamben, o imanentismo deleuziano representa «uma generalização da ontologia da univocidade que exclui toda a transcendência do ser»¹⁰. A univocidade: a recusa das rupturas na ordem do ser, de todas as formas de transcendência, a intuição de uma continuidade criativa de todas as substâncias e de todos os seres, de todos os modos do ser. Spinozismo de Deleuze. E é precisamente como afirmação dessa tese ontológica generalizada, assente numa teoria do virtual estranha a Spinoza (para o qual a Substância é infinito poder activo-actual, é toda ela acto, ou só «existe» em acto), que há que entender a fórmula «testamentária» do pensador.

Para isso conviria, talvez, inverter os termos da fórmula. Em vez de imanência = uma vida, uma vida = imanência. Porque, como se disse, e como Deleuze claramente o diz, não se trata de reportar a imanência à vida mas, pelo contrário, a vida, ou uma vida, à imanência. Trata-se de «imanar» a vida, de a restituir, aquém das suas determinações empíricas biológicas e psíquicas, da sua transcendência em organismos e em sujeitos, à sua plenitude como puro poder. O que significa: uma vida é imanente a si mesma, é poder imanente coexistente com a vida individual mas não determinável por ela, não contido nela, antes afirmando-se por si, de si. A vida como auto-referente, em vez de referível a sujeitos, de atributo de viventes ou fundamento da atribuição de subjectividades: é isso a vida como imanência, ou a imanência como uma vida. Não é pois a vida que se reduz ao vivido, à apropriação individual e subjectiva, nem é a imanência que se apresenta como imanente ao fluxo do vivido de um sujeito = Eu. É a vida individual e a subjectividade humana que são expressões de uma vida absoluta imanente e de uma consciência imediata impessoal coextensiva ao plano de imanência. A vida do indivíduo, ou de um sujeito, define-se por acidentes vividos tanto interiores como exteriores, portanto pela subjectividade e pela objectividade do que acontece. Mas uma vida é feita apenas de virtualidades, de acontecimentos não-actualizados, de singularidades pré-individuais que coexistem com os acidentes da vida individual correspondente mas que se

distinguem deles e que definem a imanência, o plano de imanência, dessa vida individualizada. Os acidentes vividos individualizam a vida do sujeito, compõem na sua sucessão os momentos dessa vida, dão-lhe uma história e uma qualificação ética. Mas os acontecimentos virtuais de uma vida não formam uma história mas um devir, são puros devires assubjetivos. Compõem uma vida impessoal neutra «para lá do bem e do mal», uma vida imanente sem momentos, ou feita só de «entre-momentos» ou de «entre-tiempos»: uma vida que «não sobrevém nem sucede, mas apresenta a imensidade do tempo vazio em que se vê o acontecimento ainda por vir e já ocorrido, no absoluto de uma consciência imediata»¹¹. Que vida singular é dado a cada um de nós viver, exprimir através do vivido? Que poder de vida, que pelas nossas subjectivações prendemos ou libertamos, reprimimos ou fazemos passar? Que virtualidades, que acontecimentos que só são «bons» ou «maus» conforme os vivemos, conforme deles somos ou não dignos, e que diríamos ter nascido para os incarnar? Acontecimentos que por si mesmos definem uma vida como algo de perfeito, como um poder auto-suficiente, dizendo-se de si, afirmatividade pura, independentemente das avaliações subjectivas das vidas vividas. («Ser digno do que acontece», máxima estóica tantas vezes invocada por Deleuze, o contrário do conformismo ou da apatia: saber extrair possibilidades positivas de todas as contingências vividas, ter essa força ou essa relação mesmo com as piores circunstâncias, estar à altura dos acontecimentos de uma vida como única dignidade pessoal). Em suma: o artigo uma em uma vida não particulariza, não aponta para uma particularização empírica. Ao invés, subtraia a vida à sua determinidade empírica, devolve-a à sua singularidade não individual ou pré-individual, impessoal. O artigo indefinido marca justamente a impessoalidade e a inindividualidade da vida imanente, da vida como imanência. Marca, não uma carência de determinações empíricas pessoais, mas uma superior determinação a-pessoal, transcendental: o artigo indefinido como o marcador do transcendental. «Os indefinidos de uma vida perdem toda a indeterminação na medida em que preenchem um plano de imanência ou, o que vem a dar estritamente ao mesmo, constituem os elementos de um campo transcendental (a vida individual pelo contrário permanece inseparável das determinações empíricas). O indefinido como tal não marca uma indeterminação empírica, mas uma determinação de imanência ou uma determinabilidade transcendental. O artigo indefinido não é a indeterminação da pessoa sem ser a determinação do singular»¹². Como no conto de Dickens citado por Deleuze no artigo, em que a vida do indivíduo, um sujeito de mau carácter, na proximidade da morte cedeu a vez a uma vida não pessoal suscitando também uma despersonalização da vida de outros sujeitos que o

¹¹ IV p. 5.
¹² ibid. p. 6.
detestavam, o puro acto ou acontecimento de uma espécie de solidariedade impessoal da vida consigo mesma. Ou ainda como nesse traço singular da velhice, pelo qual ela acede a uma beatitude ou serenidade final, liberta de todo o medo de morrer. Não uma vontade de morrer dos velhos, nem uma resignação face ao inevitável, mas uma relação «impassível» com a morte, relação já só de uma vida para a qual a morte, acidente individual, coincide com «morrer», acontecimento neutro sem eu, invivível.

Deleuze propõe assim um conceito de vida como vida indefinida, anónima, nua, destacada de todas as determinações empíricas, do que faz dela uma vida pessoal ou individual. Mas o inindividual ou o impessoal, a neutralização de toda a definibilidade empírica, não equivale em Deleuze à queda na indiferenciação. Corresponde ao invés à emancipação das diferenças, ao entronizamento ontológico da Diferença, na forma de singularidades como pulsações pré-individuais e pré-pessoais, de acontecimentos virtuais, reais mas não actuais. Como dissemos, a filosofia de Deleuze é de uma ponta a outra percorrida por uma preocupação fundamental: a das condições de possibilidade do novo, a das condições objectivas da produção subjectiva de novidade. É o problema, herdado de Bergson mas levado mais longe, de uma ontologia da criação, ou antes, de uma identidade a fixar ser = criação. Daí a complexa temática nuclear do tempo, daí as distinções conceptuais virtualidade/possibilidade, devir/história, daí a posição de univocidade, o plano de imanência absoluta, a continuidade pensamento-ser, o acontecimento, o conceito não como essência mas como acontecimento. Daí, também, o conceito de vida, e a sua importância nessa filosofia, expressa na última fórmula: imanência = uma vida. O plano de imanência define-se como vida, ou por uma vida, exactamente porque para Deleuze a vida não é essencialmente adaptação mas criação (a adaptação sendo apenas um meio, uma condição «negativa») e porque ele pensa o plano imanente como criação: a vida é força criadora, e toda a criação é criação de vida. Expressão radical da tese do Ser univoco, o plano de imanência afirma a continuidade ontológica de todos os processos criativos, da natureza e da cultura, da arte e do pensamento, da técnica e da política. É neste contexto que a vida pode apresentar-se, no texto derradeiro do filósofo, como imanência da imanência, imanência do poder a si mesmo, forma da imanência absoluta. Como uma vida imanente a todos os vivos, de que todos se dizem, ou ainda, nos termos de outras passagens da obra do autor, como uma poderosa vitalidade não orgânica, anterior às suas individuações propriamente biológicas, uma vida inorgânica das coisas. Esse o alcance do vitalismo «neo-leibniziano» de Deleuze: a vida neutra, «sem órgãos», como contemplatividade implicada em todos os seres, de que todos derivam, sensação sem acção, vibração retentiva, criativa. A vida como «pura contemplação sem conhecimento», mero sentir sem sujeito, mera sensitividade ou contractividade como criação passiva, força inactiva de composição interior a todas as coisas mesmo às
inorgânicas. Deleuze obtém este conceito de vida, ou do ser como Vida, por aquilo a que se poderia chamar o método de imanação. A imanação é a versão deleuziana da redução transcendental. Consiste, como redução de todas as transcendências, em proceder por recondução não a uma imanência imanente a..., mas a uma imanência absoluta, já só imanente a si mesma. Funciona como acesso intuitivo a uma zona neutra «aquém» das determinações empíricas e com elas das oposições efectivas sujeito/objecto, interior/externo, humano/inumano, orgânico/inorgânico, etc. Uma zona onde todas essas determinações de facto se fundem ou se dissipam em favor de uma coextensiva indeterminação virtual em que todas elas passam umas para as outras, numa comunicação imanente ou continum afectivo (o afecto como poder ou variação do poder, *potentia*). A imanação significa pois a entrada numa zona de indistinção absoluta onde o pessoal e o impessoal, o agente e o paciente ou o activo e o passivo, se tornam indiscerníveis: onde é indiferente dizer que sou o sujeito da «minha» vida ou que «uma» vida me acontece, que sou o sujeito do meu pensamento ou uma aptidão do pensamento a pensar, e a pensar-se, através de mim. Uma tal imanação, movimento des-subjectivante necessário para pensar a imanência absoluta e ao mesmo tempo o pensamento como dimensão da própria imanência, só é evidentemente possível a partir do sujeito transcendentemente constituído. Pelo que a imanação como experiência filosófica só pode ser um jogo, e perigoso, no qual transcendência e imanência se confundem no Impessoal, na derelição do eu. Um jogo em que a imanência auto-imanente ou o impensável que há que pensar procura exprimir-se e em que a transcendência, como subjectividade de facto, procura imanar-se numa vertigem interior, num acesso do pensamento ao seu limite ou íntimo Exterior. A imanência plena, o plano de imanência, é isso: o inviável que, no entanto, é o que se vive, o que define uma vida, e o impensável que é, todavia, o que se pensa, o que não se pode deixar de pensar.

Concluindo. Imanência = uma vida: esta última fórmula proposta por Deleuze resume de uma certa maneira toda a sua filosofia, ou toda a finalidade da sua filosofia. O conceito deleuziano de vida como imanência da imanência arranca a vida às suas restritivas determinações tradicionais para a restituir como poder ontológico absoluto, poder imanente de criação. Resgata-a das suas noções quer como vida orgânica ou biológica quer como vida dianoética do espírito para a reapropriar como conceito filosófico-político revolucionário, como o ponto de partida do pensamento por vir. É com efeito previsível que a vida se torne a questão fundamental do pensamento futuro, como problema da resistência activa aos Poderes que a querem controlar, ou do contra-poder a opor âquilo a que Foucault chamava o «bio-poder». De facto o poder tornou-se biopoder, biopolítica, gestão das

---

13 *QPh* 2, pp. 199-201.
populações, da vida humana, das forças vitais do homem, entretanto reduzidas à condição de meros «recursos» produzíveis, planificáveis e recicláveis segundo os imperativos do mercado capitalista universalizado. Mas, como sublinhava Deleuze no seu estudo sobre Foucault, é porque o poder toma a vida por objecto ou objectivo que a resistência se faz, só pode fazer-se, em nome da vida, voltando esta contra o poder. Nenhuma necessidade, para resistir, de invocar o homem, os direitos do homem, uma consciência universal de direito. Porque mesmo as forças que definem o homem não são forças propriamente humanas, não são forças do homem mas no homem, forças de vida que o homem como homem, a forma-Homem, prende, limita. Pelo que a resistência ao bio-poder só pode consistir numa libertação pelo homem da vida em si mesmo, da vida como força absoluta de criação e de resistência, de poderes vitais capazes de se exprimirem em formas mais afirmativas (era já esse, segundo Deleuze, o sentido do supra-homem nietzschiano: o homem capaz de libertar a vida não humana presa na forma-homem).\footnote{GILLES DELEUZE, *Foucault*, Éd. de Minuit, Paris, 1986, pp. 98-99, 138-141.} Por isso diz Deleuze que o moderno plano de imanência, ou a «imagem» do pensamento apta a responder ao presente, só pode ser criação: a criação como exigência de uma época que, no modo da informação e da comunicação, parece ter fechado todas as possibilidades. Também por isso caracteriza ele esse plano, ou esse recorte pelo pensamento da imanência adequado à nossa época biopolítica, como subtraído à subjectividade ou à consciência, como plano pós-conscienclal, assubjectivo, impessoal. É que, justamente, não se trata de libertar o homem mas a vida no próprio homem, os poderes da vida ou de «uma» vida imanentes ao vivido, ou de que o homem como Sujeito, a subjectividade humana, representa uma prisão ou inibição, uma desfiguração transcendente. A arte e a filosofia modernas podem redefinir-se em função de uma «política da Vida» (Nietzsche), como repossibilitação prática da vida, promoção de forças que escapem ao controle. Mas é a vida que assim protesta pelo pensamento, que reage aos inéditos constrangimentos do bio-poder. É sempre a vida, como poder imanente repossibilitante ou ressingularizante, ela e não o homem como forma «eterna», que resiste, que é de direito o sujeito da resistência. É ela que é capacidade ontológica de resistir e de criar novas formas, sempre novos possíveis, de recombinar as forças, de abrir as relações de força existentes a deviress revolucionários.

_Sousa Dias_